

# Retrospecto da pesquisa sobre a casa senhorial no Rio de Janeiro

*Ana Pessoa*  
(Fundação Casa de Rui Barbosa)

Pretendo fazer um breve relato dos resultados do grupo de pesquisa organizado no Rio de Janeiro, sob a coordenação da Fundação Casa de Rui Barbosa, instituição vinculada ao Ministério da Cultura, dedicada à preservação da memória e à promoção de estudos e pesquisas humanistas, em resposta ao convite dos formuladores do projeto português.

Essa associação foi resultado de intercâmbio já estabelecido com a Fundação por meio do grupo de pesquisa Museu-casa: memória, espaço e representações, que tem por objetivo o estudo interdisciplinar do museu-casa e, em especial, o Museu Casa de Rui Barbosa, e que foi motivado por seminários bienais iniciados em 1995, com o incentivo do DEMHIST/ICOM.

A pesquisa brasileira teve início em 2011, quando estabelecemos o termo de cooperação entre as instituições portuguesas e a Fundação Casa de Rui Barbosa. O grupo carioca foi inicialmente composto por pesquisadores do Museu Nacional, da FAU/UFRJ, da EBA/UFRJ, da FAU/UFF e da FCRB. A partir de agosto, o projeto passou a contar com uma bolsista<sup>1</sup> e, mais recentemente, houve a adesão de pesquisadoras do Museu da República.

A pesquisa tem como premissa a importância do estudo da casa nos âmbitos de sua significação material, social e simbólica. A casa é o lugar primeiro do homem, local de abrigo, proteção e referência. Para além de sua natureza funcional, a casa é fortemente revestida de uma gama de valores que lhe podem ser atribuída, como valor econômico, de troca, de uso e outros que não são quantificáveis de forma direta, como o valor sentimental, o valor estético e o valor simbólico. Alterações nesta estrutura de valores acarretam mudanças nos usos dos espaços e seus símbolos.

Desse modo, em sua conformação, a casa é, mais do que uma lista de atividades e ambientes, um padrão de espaços, governado por complexas convenções sobre o que cada espaço é, como eles se conectam e são sequenciados e que atividades se desenvolvem juntas ou em separado<sup>2</sup>. A complexidade social determina a organização do espaço e do ambiente construído, particularmente no que diz respeito às partições e segmentações, à medida que a sociedade vai se tornando mais complexa sócio politicamente, sua cultura, comportamento, uso do espaço e cultura material ou arquitetura, tornam-se mais segmentados.<sup>3</sup>

A casa, locus privilegiado da família e da intimidade e de articulações espaciais e temporais, foi tema de estudos centrais sobre a sociedade brasileira, como os de Gilberto Freyre e Roberto da Matta<sup>4</sup>, e já mereceu importantes trabalhos historiográficos, em especial sobre as construções paulistas, como o de Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Lemos e Maria Cecília Naclério Homem. No

caso mais específico do Rio de Janeiro, apesar dos vários estudos sobre exemplares notáveis, como a casa da marquesa de Santos, e o barão de Nova Friburgo, e de algumas abordagens mais genéricas<sup>5</sup> e, mais recentemente, do estudo de Ana Lucia Vieira dos Santos dedicado às casas cariocas entre 1750 e 1850<sup>6</sup>.

Especificamente sobre os interiores, há o estudo sobre a influência portuguesa nos interiores brasileiros, de Maria Lúcia Machado<sup>7</sup> e a tese sobre os ambientes domésticos em fins do século no Rio de Janeiro, de Marize Malta<sup>8</sup>. Contudo, não havia sido realizada até o momento nenhuma iniciativa que tomasse a casa, e seus interiores, com a amplitude temporal e espacial, como a proposta pela pesquisa luso-brasileira.

### **A casa senhorial no Rio de Janeiro**

O estudo sobre as casas das elites no Rio de Janeiro teve como ponto de partida uma amostragem de edifícios que ainda mantêm um grau de integridade física suficiente para a análise direta, e em especial aqueles que ainda possuem decoração de interiores e equipamentos e que tenham documentação conhecida. Essas condições apontaram para o universo de imóveis tombados e protegidos por instância federal, estadual ou municipal, embora isso não seja condição indispensável.

A pesquisa se concentra nos limites políticos, geográficos e historicamente definidos da cidade, e em edifícios dos séculos XVIII e XIX, por não existirem exemplares remanescentes do século XVII.<sup>9</sup>

Na linha temporal, tomou-se como marco inicial a instituição do Rio de Janeiro como capital da Colônia de Salvador e sede do Vice-Reino do Brasil, em 1763. Embora a região tivesse sido denominada como Rio de Janeiro já em 1502, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro só seria fundada em 1565, quando da disputa da região entre franceses e portugueses. Por sua posição estratégica ao sul da colônia, a cidade foi adquirindo importância como centro portuário e econômico, ampliada quando se tornou o principal canal de escoamento do ouro das Minas Gerais.

A cidade sofreu grandes transformações políticas e econômicas ao longo do século XIX. Em 1808, com a chegada da família real, torna-se a sede do governo português; em 1822, após a independência, continua como capital, enquanto a província enriquece com a agricultura canavieira da região de Campos e, principalmente, com o novo cultivo do café no Vale do Paraíba. Para separar a província e a capital do Império, a cidade converte-se, em 1834, em município neutro e a província do Rio de Janeiro passa a ter como capital Niterói. De 1840 a 1889, foi capital do Segundo Reinado, concentrando a vida político-partidária do Império e os movimentos abolicionista e republicano. A partir da República, em 1889, com a decadência de suas áreas cafeeiras, o estado perde a força política para São Paulo e Minas Gerais.

Tendo como referência os diferentes contextos socioeconômicos, a análise preliminar considerou ainda as diferentes tipologias arquitetônicas, programas e

formas de ocupação dos lotes, ambiências e aspectos decorativos, bem como dos diferentes perfis que compunham os grupos de elite de cada período.

Para uma primeira abordagem, foi estabelecida uma relação preliminar de 25 edifícios a serem estudados, sendo oito erguidos no século XVIII e 17 exemplares do século XIX. Ainda que tenha havido lacunas quanto à conservação de interiores e mobiliário, o conjunto selecionado buscou representar as diversas localizações geográficas e características arquitetônicas do período em questão. Casas de fazendas e engenhos das freguesias rurais; casas térreas e sobrados do centro urbano, situados nos alinhamento das ruas; solares, mansões e palacetes, recuados em largos terrenos, das freguesias urbanas; e, pelos arredores da cidade, chácaras e quintas.

Em alguns casos os exemplares do século XVIII podem ter sido construídos sobre estruturas mais antigas, como no caso do Paço dos Governadores. A maioria dos imóveis remanescentes do século XVIII é rural, embora estejam atualmente inseridos em área urbana. As casas do século XIX são majoritariamente urbanas ou suburbanas.

Os proprietários situam-se dentre os estamentos de elite — “nobreza da terra”, dignitários do clero, do poder judiciário e do governo, realeza, aristocracia e altos negociantes, capitalistas e empresários —, presentes em cada período de configuração política e administrativa do Rio de Janeiro.

A análise preliminar constatou que apesar das ações de preservação arquitetônica iniciadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, há um reduzido número de residências cariocas preservadas e, ainda assim, de modo geral as construções foram objeto de diversas intervenções. Uma das razões desse quadro pode ser atribuída ao número de reformas urbanas que atingiram radicalmente o centro histórico da cidade: a abertura da Avenida Central e mais tarde da Avenida Presidente Vargas, além da demolição do Morro do Castelo, berço da cidade, e do Morro de Santo Antônio praticamente fizeram desaparecer os exemplares arquitetônicos mais antigos. Nessa fase, foram sistematizadas informações de guias e listas e examinados os arquivos dos órgãos de patrimônio federal, estadual e municipal.

O projeto pode contar com um variado acervo de fontes iconográficas, tanto mapas como gravuras, aquarelas, desenhos e fotografias, em razão do interesse de registro dos aspectos da cidade, especialmente após ter se tornado capital do império português. A exuberância da natureza em contraste com o conjunto edificado pelo homem, a presença maciça de escravos e cenas do cotidiano povoaram as imagens, produzidas dentro do espírito romântico. A Biblioteca Nacional é a principal fonte desses documentos.

Outro conjunto documental de grande relevância é constituído pelas escrituras de transmissão de propriedade (compra, venda, doação, sucessão), que permite comprovar a propriedade de determinado imóvel e a cadeia sucessória, a data das transações, o valor atribuído ao bem em diferentes datas,

e até mesmo determinar o momento em que uma edificação foi acrescentada a um terreno.

Não se pode consultar, até o momento, os livros de cobrança da Décima Urbana instituída através do Alvará de 27 de junho de 1808 por D. João VI, então Príncipe Regente. Essa documentação está depositada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e encontra-se interditada à consulta para tratamento técnico.

Os inventários *post-mortem* constituem outra boa fonte de informações sobre imóveis. É uma documentação que tem sido pouco aproveitada pelos arquitetos, embora seja usada corriqueiramente pelos historiadores. Eles se encontram, em grande maioria, no Arquivo Nacional, na seção CODES, Fundo 3J, e estão listados em 24 “instrumentos de pesquisa”, e cobrem um período que vai do século XVIII ao XX.

Por fim, dentre as fontes textuais, estão sendo considerados os anúncios de jornal, tanto de compra e venda, como de leilões.

Como resultado de sucessivas avaliações, foi estabelecido o conjunto de edifícios a serem analisados em uma primeira investida de pesquisa:

- Engenho do Capão do Bispo,
- Fazenda do Viegas
- Fazenda Santo Antônio.
- Quinta da Boa Vista (Museu Nacional/UFRJ),
- Casa da marquesa de Santos (Museu da Moda);
- Casa do barão Nova Friburgo (Museu da República),
- Chalet barão de Nova Friburgo;
- Casa de Rui Barbosa
- Solar do Jambeiro;
- Palacete Guinle;

Para cada edifício, serão levantadas informações e documentos que atendam às seções estabelecidas pelo projeto: Casa senhorial (histórico a propriedade, programa interior, azulejaria, estuque, pinturas decorativa, decoração diversa e equipamento móvel), Léxico, Iconografia (planta antigas, desenhos/pinturas e fotografia), Artistas e Inventários.

Para análise preliminar dos edifícios selecionados, foram estabelecidas algumas informações preliminares, expostas a seguir:

**Casas de fazenda:** O estudo do grupo de casas de fazenda do período do açúcar está sendo conduzido pela arquiteta Dra. Ana Lucia Vieira dos Santos, com o auxílio de bolsa de pesquisa do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico da FCRB.

**Engenho do Capão do Bispo:** As terras integravam a enorme sesmaria dos jesuítas, que confrontava com o termo da cidade. A fazenda foi confiscada à Companhia de Jesus em 1759, sendo desmembrada e leiloada em 1761; a propriedade, que ficou conhecida como Capão do Bispo, foi adquirida por D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castelo Branco, o primeiro brasileiro nato a ser

nomeado bispo na colônia. A propriedade resultou de várias compras, ampliando os limites da fazenda original. Seus outros bens ficavam na área do Passeio Público, mais especificamente no “largo da mãe do Bispo” e rua dos Barbonos. A documentação demonstra que sua família tinha também bens na área mais central da cidade, em torno do largo do Paço. As propriedades do bispo são exemplo do patrimônio particular de religiosos.

**Engenho do Viegas:** Situada na antiga freguesia de Campo Grande, a três dias de viagem do centro urbano, antes das melhorias dos caminhos ocorridas no início do século XIX. O proprietário original também foi personagem do processo de conquista, mas o tamanho da propriedade e a distância da cidade demonstram uma menor proeminência social. Os proprietários de Campo Grande residiam em suas fazendas; enfrentaram dificuldades financeiras com o esgotamento do ciclo da cana, integrando um grupo que no século XIX ainda detinha certo prestígio social, mas pouco poder econômico. Propriedade dos Garcia do Amaral e depois dos Antunes Suzano. Os Garcia do Amaral tornaram-se proprietários do Engenho do Viegas por volta de 1721, que mudou de mãos no início do século XIX por dívidas de seu proprietário, Antônio Garcia do Amaral. A casa fica hoje no bairro de Senador Camará, também sobre uma pequena colina, numa área de preservação ambiental. O exame preliminar da planta mostra um claro acréscimo nos fundos, criando um estreito pátio interno. Há uma simetria na planta, sugerindo que esta conserva em grande parte sua conformação original.

**Fazenda Santo Antônio:** A fazenda teve origem em 1711 com uma doação de uma sesmaria pelo rei de Portugal D. José a Antônio Silveira Goulart. A casa-sede e construções rurais do antigo Engenho de Nossa Senhora da Soledade das Terras Frias, conhecido como Fazenda Santo Antônio, foi ponto de parada e passagem de tropeiros que transitavam por um dos atalhos do Caminho do Ouro (Estrada Real), vindo das Minas Gerais para o Rio de Janeiro. O casarão da Fazenda, datado da segunda metade do século XVIII, é um dos mais antigos da região. A construção de “pau-a-pique”, que tem como destaque a capela, possui no segundo andar (originariamente residência do fazendeiro), uma ampla varanda. A primeira atividade econômica foi a criação de mulas, para atender ao movimento das tropas que passavam para Minas Gerais. O Barão de Mauá foi proprietário da fazenda no século XIX, época em que lá passava temporadas. Durante a República, o Presidente Getúlio Vargas frequentava essa propriedade. A Fazenda Santo Antônio é um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasil (UNESCO).

**Chácaras reais:** A chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro influencia a formação e organização das casas de chácaras. A instalação de D. João em São Cristóvão, e de D. Carlota Joaquina em Botafogo, incrementam a descentralização e expansão da cidade em direção às zonas sul e norte. A instalação das famílias de maior poder aquisitivo nos novos bairros se faz em terrenos maiores, em chácaras que deixam de ser apenas casas de recreio ou residências temporá-

rias. A casa de chácara toma as características da casa urbana, colocando-se na frente do terreno, embora despregada das divisas laterais.

**Quinta da Boa Vista:** Propriedade resultante do desmembramento de antiga fazenda dos jesuítas, foi cedida pelo comerciante Elias Antônio Lopes para instalação da Família Real portuguesa. Foi Paço Real, de 1808 a 1822, Paço Imperial, de 1822 a 1889, sede plenária da primeira Constituição, em 1892, e sede do Museu Nacional, que em 1946 seria incorporado à Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Edificação em 3 pavimentos, com dois pátios internos e dois prismas de ventilação, somando uma área de 13.923,00m<sup>2</sup> (3 pavimentos de 4.641,00m<sup>2</sup> cada), com composição arquitetônica e volumetria simétrica. Principais revestimentos: no primeiro pavimento (térreo) prevalecem os pisos em ladrilho hidráulico e mármore, nos segundo e terceiro pavimentos, tetos, pisos e estruturas de barrotes em madeira. O edifício sofreu sucessivas ampliações e modificações, por diversos arquitetos: John Johnston (inglês), Manuel da Costa (português), Jean Pierre Pèzèrat (francês), Manuel de Araújo Porto Alegre, Theodore Marx e Francisco Bethencourt da Silva. Recebeu pinturas do italiano Mario Bragaldi, e os jardins foram remodelados por Auguste François Marie Glaziou. O estudo do edifício está sendo conduzido pela arquiteta Maria Paula van Biene, do Museu Nacional.

**Casa da Marquesa de Santos:** A casa é resultado da reforma de um antigo casarão colonial, situado em uma propriedade que reuniu duas chácaras das vizinhanças da Quinta, promovida por D. Pedro I para instalar D. Domitila de Canto e Melo, sua favorita. A reforma, realizada de 1824-1827, teve o risco do arquiteto francês Pierre Joseph Pezertat; as obras ficaram a cargo do arquiteto francês Pedro Alexandre Cravoé; a decoração escultórica deve-se aos irmãos franceses Marc e Zepherin Ferrez, e a pictórica, ao artista fluminense Francisco Pedro do Amaral. É uma das mais elegantes construções do período, com revestimentos nobres, como mármore, granitos e madeiras de lei. Em termos arquitetônicos, se destaca o Salão Oval, que se projeta para fora da fachada que se volta para os jardins internos. Destacando-se juntamente com este Salão, as escadarias em curva que descem externamente, à céu aberto do segundo andar. O palacete recebeu fino tratamento decorativo, com as dependências do andar superior revestidas de painéis em relevo e pinturas em diferentes temáticas – Salão da Aurora, Salão da Música, Salão da Águia, Salão dos Deuses e Salão da Flora. As sancas e os tetos foram trabalhados em relevo escultórico, em ciclos narrativos que se combinam com a temática dos salões. A casa abrigou outros moradores, como a Princesa Maria da Glória, Irineu Evangelista de Souza, José Bernardino de Sá, negociante na praça do Rio de Janeiro, de 1847 a 1854, ao barão de Mauá, Abel Parente, entre outras personalidades. Em 1938, foi tombada pelo IPHAN, e desapropriada em 1961, e transformado em Museu.

**Casas da família Clemente Pinto:** O patriarca da família Clemente Pinto foi Antonio, nascido em Portugal em 1795, que emigrou para o Brasil aos 12

anos, na companhia do tio, onde se iniciou no comércio como caixeiro. Atuou no próspero ramo do tráfico de escravos, na exploração agrícola e aurífera, até se dedicar intensamente à cultura do café. Como fazendeiro de grande produção, empenhou-se na construção da estrada de ferro para escoamento do café da região serrana até à Baixada. Casado com a prima, Laura, teve quatro filhos, sendo que só dois chegaram à idade adulta: Antônio (1830 – 1898), futuro conde de São Clemente, e Bernardo (1835 – 1914), futuro conde de Nova Friburgo. Foi agraciado com o título de barão de Nova Friburgo em 1854 e, seis anos depois, com o de barão com honras de grandeza de Nova Friburgo, um mês após a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Cantagalo<sup>10</sup>.

**Palacete Nova Friburgo (Museu da República):** Situada no bairro do Catete, seu arquiteto foi o alemão Karl Frederich Gustave Waehneltdt, nascido em 1830, em Füssenwald, e recebido no Brasil em 1852, onde permaneceria até 1870, quando retorna com a família para a Alemanha, onde viria a falecer em 1873. Além do arquiteto alemão, foram contratados escultores, estucadores, gravadores, pedreiros, carpinteiros, entre outros da Alemanha, Portugal e França. A propriedade foi vendida em 1889 para uma companhia hoteleira e, em 1896, foi incorporado ao patrimônio da União, como pagamento de dívidas. Após reforma, passa a sediar a presidência da República, até 1960 quando, com a transferência da capital para Brasília, é transformado em Museu da República. É constituído em três blocos. O primeiro todo de cantaria com seis janelas e uma porta central na frente, o segundo e o terceiro forrados de mármore com sete portadas de sacadas, também na frente, jardim ao lado, com portão e grades ferro, casa de sobrado anexa ao mesmo palacete, cocheira e demais dependências, e respectiva chácara toda murada, com fundo para a Praia do Flamengo. No palacete avalia-se ainda, a mobília, utensílios domésticos, 10.280 oitavas de prata em obras aí existentes. E ainda uma berlinda, uma caleça e uma meia caleça com os respectivos arreios existentes na cocheira.<sup>11</sup>

**Chácara do chalet:** Construído como casa de campo em 1862, por Antonio Clemente Pinto (1795-1869), barão de Nova Friburgo, a partir de projeto de Karl Frederich Gustave Waehneltdt, instalado em meio um extenso parque, com o qual mantém grande interação, projetado pelo paisagista francês Auguste Glazou. A propriedade, com 6,43km<sup>2</sup> pertenceu à família Clemente Pinto até 1913,<sup>12</sup> quando foi vendida à família Guinle. Em 1957, seria transformada em loteamento residencial e clube, preservando o núcleo onde está a edificação, como sede do empreendimento. A propriedade original tinha 80 alqueires de terras<sup>13</sup> e casa nobre de vivenda com arquitetura de chalet. O edifício tem 25m de frente e 27m de fundos no corpo principal e 27m, de frente, 15,80m de extensão por 5,70m de largura, cada um dos dois anexos da parte posterior<sup>14</sup>. Sua planta baixa desenvolve-se simetricamente em torno do pátio central contornado por galerias, de forma que a circulação interna dá-se pelo pátio ou entre cômodos dando acesso aos seus adjacentes; o quadrado formado em plantas pelos setores social e íntimo, é esten-

dido pelos dois anexos retangulares posteriores, que abrigam o setor de serviço, ambos formando uma planta em “A”. O telhado com várias águas aparentes, com telha colonial apresentando desenhos formados pelo chamado entelhamento à mourisca e beirais acentuados. As bordas, dos beirais são arrematados por lambrequins, com desenhos caprichosos. Internamente, os cômodos apresentam decorações em estilo renascentista, salvo o pátio central que foi construído no mais puro estilo mourisco árabe com repuxo característico.<sup>15</sup> Os salões são decorados com estuques, pinturas, espelhos e móveis luxuosos<sup>16</sup>.

**Casa de Rui Barbosa (Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa):** Menos de um ano após a compra das benfeitorias do lote, Bernardo Casimiro de Freitas inaugurou sua nova residência, cercada por jardim e com quintal aos fundos, onde se estendia um grande parreiral sob pérgula de ferro. O edifício era um sobrado parcial e porão, com partido em forma de U, com telhado em platibanda e fachada com predominância horizontal, quebrada pelo corpo central elevado, e decorada com elementos neoclássicos como pilastras de fuste canelado e capitel ornado, frontão triangular e arquitrave trabalhada. Há especial atenção para a aeração e a iluminação: a fachada do primeiro pavimento tinha nove vãos, entre janelas e portas, e, no segundo, três janelas de sacadas, todos com portadas de cantaria de volta perfeita; oito janelas de peitoril de cada lado e outras janelas e portas nos fundos do primeiro e segundo pavimento, com portadas de cantaria de verga direita. Ao centro do edifício, uma claraboia deixava entrar luz e escapar o ar quente e viciado. Com teto de estuque e forro de pinho, o interior era distribuído segundo um eixo central em áreas social, privada e de serviços, sendo o térreo ocupado pelas áreas sociais – sala de visita, de piano, escritório e sala de jantar, que se abria para um pequeno jardim –, e áreas domésticas, como capela, quartos de parentas, de serviços domésticos e copa; o andar superior era reservado para os quartos do casal e filhas, e na área externa, cavalaria, cocheira e senzala, com os serviços de cozinha e lavagem instalados sob telheiros, além de banheiro e galinheiro. Em 1853, o sócio Antônio Lira da Silva, Capitolina e filhos instalam-se no terreno vizinho, na rua São Clemente 68, e integram suas rotinas familiares. Na década de 1860, a casa foi ampliada com a construção de outro bloco assobradado, ligado ao primeiro por um passadiço, para melhor isolar e acomodar os serviços domésticos, em especial o trânsito e guarda dos coches, no térreo, e a passagem dos alimentos da cozinha para as salas de refeição, no primeiro pavimento, para receber os convidados com mais conforto. Em 1879, com a transferência da posse para Albino de Oliveira Guimaraes, a propriedade sofre grandes reformas, tanto na área interna como externa. Ele teria introduzido, com o apoio de estruturas metálicas, varandas na fachada principal e nos fundos do passadiço, ampliando as circulações da casa, além de melhorias nas instalações hidráulicas e nova configuração no jardim, com a implantação de artefatos do estilo romântico, como pontes, caramanchões e quiosques. Após breve período de posse de John Roscoe Allen, a propriedade foi adquirida por Rui Barbosa, que a ocupou de 1895 a 1923.

**Solar do Jambeiro:** Sobrado construído em 1872 por Bento Joaquim Alves Pereira, rico português residente no Rio de Janeiro, em meio à chácara arborizada, revestido de autênticos azulejos de padrão, típicos das construções portuguesas. Originalmente e por breve período, serviu como residência de seu construtor, sendo depois alugado ao médico Júlio Magalhães Calvet. De maio de 1887 a março de 1888, foi ocupado pelo pintor Antônio Parreiras que, em seguida, construiria sua residência própria, nas proximidades do solar. Em 1892, Bento Joaquim vendeu a propriedade ao diplomata dinamarquês Georg Christian Bartholdy. Ao longo de quase trinta anos, o sobrado continuou a abrigar famílias e atividades diversas, tendo em vista as frequentes ausências decorrentes da atividade profissional de seu novo proprietário. Em 1903, sediou o Clube Internacional, agremiação de caráter recreativo cultural, que reunia a sociedade niteroiense e as colônias estrangeiras; entre 1911 e 1915, esteve alugado ao Colégio da Sagrada Família; em 1918, foi ocupado por Pedro de Sousa Ribeiro, da Guarda Nacional. Finalmente, a partir de 1920, a família Bartholdy passou a residir no palacete, quando foram introduzidas modificações no interior do imóvel. Em 1950, Vera Fabiana Gad, filha do diplomata, adquiriu a parte pertencente a seus irmãos e ocupou o solar até 1975. Seu único filho, Egon Falkenberg, recebeu o bem em herança, juntamente com sua mulher Lúcia, e após a morte do casal, o prédio permaneceu com os respectivos herdeiros. Durante as décadas de 1980 e 1990, o solar esteve fechado, sendo eventualmente arrendado para atividades inadequadas, o que acelerou sua descaracterização e deterioração. Em 12 de agosto de 1997, o Solar do Jambeiro foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Niterói, com vistas a resguardar sua integridade física e restaurar seus aspectos históricos e arquitetônicos, motivadores de seu tombamento federal, em 1974.

**Palacete Guinle/Paula Machado:** É um exemplar dos palacetes ecléticos cariocas, programados para as necessidades de conforto e aparência da burguesia industrial. A família Guinle pertencia ao círculo tradicional da elite financeira e social carioca desde a primeira década do século XX, quando o patriarca Eduardo Pallasim Guinle e Cândido Gaffrée fundaram a Companhia Docas de Santos. Guinle, falecido em 1912, deixou uma fortuna estimada em 2.000.000.000 de reais a seus descendentes. Gaffrée, que morreu em 1919 sem deixar herdeiros, também deixou sua parte nas empresas aos sete filhos de Eduardo, que expandiram, através da primeira metade do século XX, os negócios familiares para as áreas de produção e distribuição de energia elétrica, imobiliárias, indústria têxtil, bancos, construção civil e hotelaria. O Palacete de 1.750 m<sup>2</sup> num terreno de 8.024 m<sup>2</sup> em estilo eclético francês foi construído em 1910 pelo arquiteto Armando da Silva Telles que também foi responsável pelos projetos do Palácio Laranjeiras e do Copacabana Palace. A construção foi feita para Cândido se mudar para o local com a família, mas, pouco antes do término da obra, o empresário perdeu a mulher e o filho durante o parto, fazendo com que ele mudasse de ideia e a casa virou presente de casamento para Celina Guinle de Paula Machado, filha de seu

sócio, Eduardo Palassin Guinle. O último habitante era o filho de Celina, Francisco Eduardo de Paula Machado, desde seu falecimento em 2005 o casarão fechou suas portas. Destaque para a porte-cochère aterrada, o telhado em mansarda e o torreão central em ardósia.

Esse conjunto preliminar pretende estabelecer padrões e métodos para a melhor compreensão do conjunto arquitetônico da cidade e, em especial, de valorização do seu patrimônio arquitetônico e paisagístico.

## Notas e referências

1. Bolsa, em nível de mestre, concedida por meio do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico da FCRB, para o período 2011-2013.
2. HANSON, J. *Decoding homes and houses*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.2.
3. KENT, S. *Domestic architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge: Cambridge, 1993. p.5.
4. Estou me referindo à *Casa-grande e senzala* (Nova Aguilar, 1977), *Sobrados e mocambos* (Jose Olympio, 1936), e *Oh, de casa: em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem* (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979), de Gilberto Freyre e *A casa & a rua* (Editora Guanabara, 1987), de Roberto da Matta.
5. Algumas das obras que abordam aspectos da moradia carioca são CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio. *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAU/USP e MAC/IPHAN, 1975. (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.) MIRANDA, Alcides da Rocha; CZAJKOWSKI, Jorge. Aspectos de uma arquitetura Rural do século XIX. In PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. University Press, 1997/1990.
6. Estou me referindo à tese “A Casa Carioca - estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro - 1750-1850”.
7. MACHADO, Maria Lúcia. *Interiores no Brasil – a influência portuguesa no espaço doméstico*. São Paulo :Editoras Olhares, 2011.
8. MALTA, Marize. *O Olhar Decorativo – ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.
8. Exceção feita à casa da fazenda de café que, apesar de estar situada em outro município, guardar estreita relação estética, econômica e social com a corte.
9. O levantamento promovido pelos filhos para partilha da herança da paterna, apontou 35 bens imóveis, entre fazendas e prédios, jóias, apólices e ações. Dentre as suas propriedades, além do Palácio Nova Friburgo e Chácara do Chalet, estão também preservados o solar do barão, hoje o Centro de Artes municipal, e o pavilhão de caça, hoje o Sanatório Naval.
10. O levantamento promovido pelos filhos para partilha da herança da paterna, apontou 35 bens imóveis, entre fazendas e prédios, jóias, apólices e ações. Dentre as suas propriedades, além do Palácio Nova Friburgo e Chácara do Chalet, estão também preservados o solar do barão, hoje o Centro de Artes municipal, e o pavilhão de caça, hoje o Sanatório Naval.
11. FOLLY, Luiz Fernando Dutra et alli. *Barão de Nova Friburgo: impressões, feitos e encontros*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010. p. 72.
12. Antônio Clemente Pinto Filho( 1860 –1896) herdou a propriedade após falecimento do pai e a deixou como herança para a filha Alice Clemente Pinto. Os filhos de Alice herdaram juntos a propriedade e a venderam para os Guinle.
13. A área esta distribuída em parque, pomar, lagos, repuxos, jardins, casa para morada do administrador, casa do hospital, senzalas, paio e estrebaria, casa para empregados, pequena casa na entrada da chácara, dois telheiros para gado, moinho, vãos e pasto, e mais benfeitorias prediais e rurais.
14. OLIVEIRA, p. 24. Descrição detalhada propriedade está disponível em: CORREA, Magalhães. “Palacete Conde de São Clemente”. *Correio de Manhã*, 24 set. 1939. Suplemento de domingo, Baixada e montes fluminenses. (ver tb 1 out, 9 out, 12 nov, 26 nov, 17 dez. 1939) e *Revista Ilustrada*, anno 8, n. 343. P.3-7, jun.1883

15. OLIVEIRA, Luanda Jucyelle Nascimento et alli. *Chácara do Chalet: pequena história de um sonho*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010. p.61.

16. Não se conhece os artistas que atuaram no chalet. Sabe-se, porém que por volta de 1883, o pintor e dourador italiano Elviro Ernesto Martignoni (Gavirate, 1854 – Brasil, 1929), radicado em Nova Friburgo, junto com o tio Giovanni Martignoni (Gavirate, 1841 – Nova Friburgo, 1897), teria trabalhado nas casas do conde Nova Friburgo e do barão de São Clemente,